

A FACE FEMININA DAS UPPs

BARBARA MUSUMECI MOURÃO



### **RESUMO**

O texto, baseado em dados do survey amostral "UPP: o que pensam os policiais, 2014" e no exame da cobertura jornalística sobre as UPPs, analisa as representações sobre as mulheres policiais, avaliando o processo e os significados da incorporação desse segmento ao policiamento de proximidade em favelas no Rio de Janeiro. Conclui que a incorporação da tropa feminina não representou, nem para as mulheres, nem para a corporação, um elemento deflagrador de mudanças: não chegou a modificar os padrões tradicionais de inserção do contingente feminino na polícia militar e tampouco produziu fissuras na cultura adversarial que vem-se sobrepondo ao projeto original de um policiamento voltado para o diálogo com as comunidades. Da análise do material jornalístico, conclui ainda que, se a UPP perdeu um de seus trunfos com o encolhimento da imagem feminina como símbolo de elemento inovador do policiamento, os veículos de mídia examinados também deixaram escapar a oportunidade de estimular mudanças no olhar sobre as mulheres policiais, sobre os modelos e práticas de policiamento nas UPPs e sobre os papéis de gênero no mundo policial.

### INTRODUÇÃO

Que sentido faz pensar em questões de gênero nas UPPs justamente quando uma série de crises põe em xeque a sustentabilidade do projeto e a população das favelas ocupadas pela polícia militar experimenta, em várias áreas, o retorno das ameaças e da violência por parte dos criminosos e de antigas violações perpetradas por agentes da Lei?

Em princípio, parece um contrassenso focar aspecto tão pouco impactante quando o que está em questão são vidas perdidas ou ameaçadas, medo real e a perda de confiança, de credibilidade e esperança. Entretanto, o que justifica a atenção a um tema, aparentemente lateral, das identidades e contrastes entre as tropas feminina e masculina é que ele ajuda justamente a puxar o fio das relações cotidianas entre policiais e moradores, fonte de boa parte das tensões que põem em risco a sustentabilidade das UPPs.

Como parte da mesma investigação que deu origem a este texto, sobre a presença policial feminina nas UPPs, publicou-se em 2013 um relato intitulado UPPs, uma polícia de que gênero?1 Naquela publicação, explorou-se a dimensão intersubjetiva do policiamento praticado nas unidades de polícia pacificadora, apontando a complexidade das demandas por reconhecimento, vistas como elementos constituintes do modo de agir da polícia. Observou-se, por esse caminho, baseado em entrevistas e em grupos focais, que a construção das autoimagens que informam o tipo de relação dos policiais com os moradores das favelas ocupadas eram atravessadas por percepções sobre papeis de gênero. Para uma parte da tropa, o pertencimento ao mundo policial e, portanto, o reconhecimento próprio e alheio na condição de

polícia estaria diretamente associado ao imaginário da virilidade violenta e seria marcado por uma vigilância permanente em torno de posturas e práticas tão mais legitimadas quão mais distantes do universo feminino. Assim, as atividades próprias ao policiamento de proximidade, que em princípio seriam o eixo do trabalho policial nas UPPs, apareceram no imaginário dos entrevistados, ainda que de forma não linear e absoluta, associadas a uma dimensão feminina a ser expurgada, já que vista como estranha ao universo da polícia.

Desde então, a situação das UPPs sofreu uma nítida mudança, com a disseminação e o agravamento dos conflitos armados em diversas favelas e uma clara deterioração do ambiente no qual se pretendeu implantar o policiamento de proximidade.

Nesse contexto, buscou-se elaborar uma análise quantitativa, baseada na comparação das ideias, experiências e expectativas dos policiais de ambos os sexos, que jogasse alguma luz tanto sobre o papel das UPPs no processo de incorporação de mulheres à Polícia Militar quanto sobre o significado da presença feminina no desenvolvimento da assim chamada polícia pacificadora no Rio de Janeiro. Para isso, utilizou-se como fonte de dados da terceira rodada da pesquisa amostral UPP: O que pensam os policiais, realizada em 2014, e complementarmente, como contraponto, um levantamento das abordagens jornalísticas sobre o efetivo feminino destas unidades, publicadas entre 2008 e 2013.

Pela observação dos textos e imagens jornalísticos, procurou-se aferir se o lugar atribuído às mulheres apenas reproduz o olhar tradicional, centrado na suposição de uma essência natural do comportamento feminino, ou se, ao contrário, as matérias focadas nas

mulheres associam à perspectiva de um novo policiamento a possibilidade de novas formas de inserção do contingente feminino na polícia militar. Não se trata de uma análise de discurso, mas de um exame sumário do tom e dos termos em que a presença feminina foi tratada pela mídia impressa no período focalizado.

Muitas pesquisas sobre as UPPs foram realizadas desde a inauguração da primeira unidade, em fins de 2007. Inicialmente, predominaram estudos focados nas percepções da população sobre os impactos do programa (BURGOS 2011; CANO et al. 2012; RODRIGUES e SIQUEIRA 2012; LEITE 2013) e posteriormente surgiram trabalhos centrados na própria policia, como a pesquisa UPP: O que pensam os policiais, cujos resultados deram origem ao presente trabalho. Esse survey aplicado em 2010 e replicado em 2012 e 2014, resultou na análise quantitativa das visões dos policiais sobre o cenário em que atuam e, pela complementação com estudos qualitativos, em novas investigações a respeito de temas específicos, como gênero e mediação de conflitos nas UPPs.2

### **RECURSOS METODOLÓGICOS**

Em sua terceira edição, a pesquisa UPP: O que pensam os policiais foi planejada para permitir que os dados fornecidos pelas mulheres fossem analisados em separado, de forma a revelar possíveis particularidades do trabalho feminino. Assim, para garantir a representatividade de ambos os sexos na replicação do questionário que vinha sendo utilizado, com pequenas modificações, desde a primeira rodada em 2010, a amostra em que se baseou o survey de 2014 foi estratificada por sexo, comportando 1.243 entrevistas com homens e 757 com mulheres, em um universo de 6.803 policiais masculinos e 840 policiais femininas.

O questionário com 50 perguntas foi aplicado em 36 UPPs a uma amostra aleatória e probabilística de 1.896 soldados e 106 cabos de ambos os sexos, entrevistados nos seus locais de trabalho entre 30 de julho e 19 de novembro de 2014.

Todos os cruzamentos de dados mencionados ao longo do texto foram submetidos ao teste qui-quadrado e se mostraram estatisticamente significantes, com exceção de dois casos indicados no próprio texto.

Para a sondagem do tratamento conferido às mulheres pela mídia impressa, foram consultadas as matérias dos principais jornais do Rio de Janeiro, como O Globo, O Dia e Extra, publicadas (em versão digital) desde o início do projeto até o final de dezembro de 2013, nas quais se abordava, de alguma forma, a presença de policiais femininas nas UPPs. Como as versões *on line* desses jornais só passaram a circular a partir de 2010, os textos editados anteriormente (desde dezembro de 2008) foram pesquisados por meio de consulta ao *clipping* da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro.<sup>3</sup>

Vale destacar também que o levantamento dos jornais não tem caráter estatístico e não se pretendeu produzir generalizações para além dos veículos e do período observados. Além de o número de matérias ser bastante reduzido e seu conjunto bem diversificado, muitas delas comportam mais ambiguidades do que ideias ou inclinações convergentes. O que se pretendeu, ao quantificar as matérias, foi identificar um certo repertório de noções subjacentes aos textos, buscando conexões entre as formas de retratar as mulheres policiais e a maneira de perceber o modelo das UPPs. Assim, foram examinadas as noções veiculadas pelos textos e imagens por intermédio de seus conteúdos, títulos, subtítulos, fotos e leads.

- 2. O primeiro balanço dos resultados da pesquisa sobre mediação de conflitos encontra-se em MOURÃO, B (2014).
- A pesquisa dos arquivos de mídia contou com a participação de Úrsula Dalcomo, Fernanda Fonseca Cunha e Alberto Alvadia Filho.

Para localizar as matérias, foram utilizadas, junto com o termo UPP, palavras ou expressões-chave tais como: a) FEM/Feminino(a); b) mulher; c) a policial; d) a soldado; e) a cabo; f) a major; g) a tenente; h) a capitão; i) UPPetes e j) a comandante. Com a busca por esses termos, supõe-se ter sido possível esgotar todas as combinações possíveis de indicadores para a pesquisa.

COR	%	%	TOTAL %
BRANCA	30,7	31,7	30,8
PRETA	19,1	16,7	18,8
PARDA	48,9	48,4	48,8
AMARELA	0,9	3,2	1,1
INDÍGENA	0,5	-	0,5
TOTAL			100,0

#### **AS POLICIAIS NAS UPPS**

**PERFIL** 

Segundo o Survey *UPP*: *O que pensam os policiais*, a parcela feminina que compõe o efetivo das Unidades de Polícia Pacificadora, corresponde a 9,7% do total, distribuídas entre cabos e soldados em proporção muito semelhante à da masculina.

RELIGIÃO	%	%	TOTAL %	
EVANGÉLICA	41,5	45,7	41,9	
CATÓLICA	37,8	33,2	37,3	
ESPÍRITA KARDECISTA	2,5	5,9	2,8	
OUTRA OU SEM RELIGIÃO	18,3	15,1	18,0	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	

	SOLDADOS	CABOS
ď	93,6%	6,4%
Q	97,4%	2,6%

A distribuição etária segue o mesmo padrão, com mais de 90% da tropa tendo idade entre 25 e 35 anos, nos dois segmentos, o que ocorre também em termos da diversidade de cor e filiação religiosa, como mostram as tabelas a seguir.

As primeiras diferenças entre os sexos aparecem na relação entre estado civil, número de filhos e escolaridade, sendo mais altos entre as mulheres tanto a proporção de agentes solteiras, vivendo sozinhas e sem filhos quanto o nível de instrução formal declarado.

**48,4%** SÃO SOLTEIRAS

**58,5%**VIVEM SEM
OMPANHEIR@

**63,9%** NÃO TÊM FILHOS



**32,3%** TÊM CURSO SUPERIOR

**32,2%** TÊM CURSO SUPERIOR INCOMPLETO **37,4%** SÃO SOLTEIROS

**34,9%**VIVEM SEM
COMPANHEIR@

**46,4%** NÃO TÊM FILHOS



**14,4%** TÊM CURSO SUPERIOR

25,9% TÊM CURSO SUPERIOR INCOMPLETO

As diferenças proporcionais nesses perfis não diferem muito das que foram reveladas pelo levantamento nacional sobre mulheres nas instituições policiais realizado pela FGV e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2015.4 Conforme a pesquisa, que envolveu agentes das várias forças nos 27 estados da Federação, a proporção dos solteiros nas diversas policias seria de 31,8% entre as mulheres e 15,9% entre os homens. Da mesma forma, o percentual dos agentes sem filhos seria de 46,8% entre as mulheres e de 27,7% entre os homens. Assim, mesmo levando em conta que a pesquisa nacional contempla policiais com mais idade, portanto com maior chance de já ter constituído família - ao contrário da tropa eminentemente jovem das UPPs -, as distâncias entre os sexos se mantêm semelhante nos dois casos.

No que diz respeito à escolaridade, segundo a mesma fonte, 76,8% das mulheres teriam concluído ensino superior, ao passo que, no conjunto dos agentes, a parcela com esse nível de instrução corresponderia a 56,8%.5 aspecto, as desigualdades Nesse de gênero nas UPPs, em favor das mulheres, é ainda mais acentuada do que a média geral nacional, já que concentra mais que o dobro de graduadas, em relação aos graduados. Apenas para considerar outra referência, a desproporção na qualificação das mulheres policiais nas UPPs supera, inclusive, a das populações masculina e feminina da Região Sudeste, que, segundo os dados do IBGE para 2013, teria concluído o ensino superior na razão de 16,2% e 21,1%, respectivamente.<sup>6</sup>

Vale destacar que a defasagem masculina no nível de escolarização, na Polícia Militar do Rio de Janeiro, já havia sido apontada por levantamentos anteriores, como a pesquisa sobre Mulheres Policiais, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes em 2003. Entretanto, naquele momento, em toda a corporação, apenas 16,4% das praças femininas e 8,2% das masculinas haviam completado o ensino superior (SOARES e MUSUMECI, 2003).

Assim, os dados referentes à escolaridade de homens e mulheres nas UPPs não apenas reafirmam a permanência de um cenário de mais de uma década na proporção de policiais militares femininas e masculinos do Rio de Janeiro que concluíram uma faculdade, como sugerem ter havido uma elevação dos níveis de instrução dos agentes de ambos os sexos nas Unidades de Polícia Pacificadora, comparativamente aos patamares do efetivo geral da corporação naquele período.

O contexto policial, em que mulheres levam mais tempo do que homens para casar e ter filhos, envolve uma série de condicionantes e de consequências distintas. De um lado, as exigências do trabalho policial, com seus horários estendidos, incertezas, riscos e esforços específicos, aliadas à falta de incentivos institucionais à maternidade (como creches, dispositivos para amamentação, licenças especiais<sup>7</sup> etc.), parecem levar ao adiamento das uniões afetivas e das gestações – uma vez que as responsabilidades domésticas continuam distribuídas desigualmente entre os sexos.<sup>8</sup>

Por outro lado, a prorrogação das uniões afetivas e das gestações (possivelmente evitadas por representarem obstáculos ao desenvolvimento da carreira policial, além de duplicarem a já estafante jornada de trabalho), podem gerar para elas condições mais favoráveis ao investimento na formação acadêmica.

- 4. A pesquisa As mulheres nas instituições policiais (FGV /EAESP, FBSP, SENASP/MJ 2015), embora não seja aleatória e probabilística, baseia-se em 13.055 questionários eletrônicos, respondidos por agentes de várias forças (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Científica/Perícia e Guarda Municipal). Na Polícia Militar a enquete foi respondida por mulheres na proporção de 12,3%.
- 5. Da mesma forma, o alto percentual de policiais graduados ou pósgraduados, nesse caso, deve-se, provavelmente, à presença de policiais mais velhos e de alta patente nas diversas forças que integraram a amostra, enquanto os policiais das UPPs estão, na maioria. em início de carreira e somente os praças foram entrevistados, Ademais, os dados nacionais englobam algumas instituições ou cargos que exigem qualificação universitária em seus concursos de acesso.
- 6. IBGE (2014) SINTESE DOS INDICADORES SOCIAIS. UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.
- 7. Em março de 2015, entrou em vigor a Lei 13.109, que garante às mulheres militares seis meses de licença-maternidade, a exemplo do que já é aplicado às servidoras civis desde 2009. Até então, as militares contavam apenas com a licença de 120 dias, sem direito a prorrogação.
- 8. Segundo o levantamento da FGV/FBSP, em seus tempos livres, 41,7% dos policiais masculinos e 75,7% das policiais femininas sempre realizam tarefas domésticas.

Aquelas com maior grau de escolaridade teriam mais chances nos concursos, dada a limitação da quantidade de vagas para mulheres, ao mesmo tempo em que, uma vez na polícia, as solteiras e sem filhos teriam mais oportunidades de continuar estudando.

Contudo, previsivelmente, a vantagem no plano educacional não se traduz em beneficio financeiro. Ao contrário, as conjunções econômicas marcam as distinções no perfil de homens e mulheres, desfavoravelmente às agentes, pois, embora a maioria da tropa receba em média de três a cinco salários (64,2%), somando todas as fontes de renda, a proporção dos que conseguem obter uma renda superior a cinco salários é maior entre os homens (31,2%) do que entre as mulheres (13%). Presumindo-se que o salário oficial de cabos e soldados que compõem o efetivo não varie diretamente em função do sexo, isso significa que, em maior proporção, os homens agregam outras fontes aos proventos obtidos na PM.

Segundo as declarações dos entrevistados, não passa de 20%, nos dois segmentos, a parcela dos que consideram o salário suficiente para o seu sustento. Porém, mais da metade dos policiais masculinos complementa sua renda com outros trabalhos, enquanto suas colegas, na proporção simétrica inversa, contam com o apoio financeiro de outros membros da família.

Nesse aspecto, a relação com o trabalho repete, nas UPPs, a tendência nacional. A pesquisa da FGV/FBSP mostra, por exemplo, que 65,9% das policiais entrevistadas nunca exercem outra atividade remunerada, enquanto 50% dos homens o fazem ocasionalmente ou sempre. Por sua vez, o levantamento nacional Mulheres nas instituições de segurança pública, realizado pela SENASP em 2013, envolvendo apenas agentes do sexo feminino, indica que 78,8% das 3.392 policiais militares entrevistadas no Brasil não exercem qualquer atividade remunerada para complementar sua renda.9

### FORMAÇÃO E PRÁTICA

Depois de formados para trabalhar nas Unidades de Polícia Pacificadora, policiais de ambos os sexos têm avaliações muito semelhantes sobre a qualificação recebida. Pouco menos da metade dos dois grupos (48%) expressa o sentimento de ter sido bem preparada para o trabalho que realiza. No entanto, há uma enorme diferença no tipo de função que cada um exerce: as mulheres, como mostra a figura abaixo, estão concentradas nos quadros administrativos, enquanto os homens, em sua maioria, dedicam-se a diferentes tarefas de patrulhamento.

Î		
39,2%	O SALÁRIO É COMPLEMENTADO COM O TRABALHO DE OUTRAS PESSOAS DA FAMÍLIA	50,5%
54,2%	O SALÁRIO É COMPLEMENTADO COM OUTRAS ATIVIDADES	36,0%

 SENASP/MJ, Mulheres na segurança pública: Estudo técnico nacional (coord. Wania Pasinato), Brasilia, 2013 (pesquisa baseada em amostra não aleatória e não probabilística).

Se à parcela de quase metade do contingente feminino dedicada a atividades-meio for acrescentado o conjunto das que se disseram empenhadas em atividades especiais,10 conclui-se que 60% das mulheres estão fora do serviço de patrulhamento das vias públicas nas favelas. Essa diferença repercute, de alguma maneira, na percepção sobre a qualidade da formação, considerada boa por 42,9% das mulheres empenhadas na administração do programa e por apenas 9,8% dos homens que desempenhavam essas mesmas funções. Inversamente, 76,5% dos homens e 43,2% das mulheres que consideraram ter recebido um bom preparo dedicavam-se ao policiamento ostensivo no período das entrevistas.

Tomando por base a distribuição de funções por sexo, as UPPs repetem também, em escala ampliada, o padrão verificado pelos recentes estudos sobre a incorporação de mulheres nas polícias. Conforme dados da SENASP (2013), a fração do contingente feminino alocado em setores administrativos nas PMs brasileiras era de 39%, enquanto 37,6% estavam empenhadas nas chamadas funções operacionais e as demais em outras áreas como saúde, ensino, planejamento, telecomunicações etc.

Imaginando que as UPPs trariam um novo conceito de policiamento, no qual as atividades de aproximação com a comunidade teriam lugar central, poder-se-ia supor que a incorporação das mulheres nessas unidades se fizesse em novas bases. <sup>11</sup> Era o que sugeria, por exemplo, a nomeação de uma mulher para comandar a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, na favela Santa Marta, em 2008. No entanto, também nas UPPs, por razões que precisariam ser aprofundadas em estudos qualitativos (e que podem, por exemplo, ter

TRABALHO REALIZADO NA MAIOR PARTE DO TEMPO	%	<b>%</b>
RADIOPATRULHA	9,9	6,6
RONDA A PÉ/GPP*	25,2	9,8
PONTO FIXO	18,7	21,0
GTPP**	24,3	2,4
ADMINISTRATIVO	9,6	47,0
OUTRO	12,3	13,2
TOTAL	100,0	100,0

<sup>\*</sup>GRUPO (OU GRUPAMENTO) DE POLÍCIA DE PROXIMIDADE \*\*GRUPO (OU GRUPAMENTO) TÁTICO DE POLÍCIA DE PROXIMIDADE

relação com o recrudescimento dos confrontos armados nas favelas ditas pacificadas), as mulheres se concentraram em funções alheias ao patrulhamento.

A hipótese de que isso se deva ao fato de elas serem proporcionalmente mais escolarizadas, embora plausível, não pode ser confirmada pelos dados da pesquisa. Nota-se, é verdade, maior participação em atividades-meio das mulheres com nível mais elevado de escolaridade: na esfera administrativa e no policiamento especializado encontram-se metade das que completaram o ensino médio, 65,8% das que iniciaram uma faculdade, 62,8% das que a concluíram e 83,3% das que fizeram uma pós-graduação. Contudo, além de não ser possível considerar as agentes pós--graduadas, que, pela ínfima quantidade, têm expressividade estatística, as demais, seja no conjunto da tropa, seja na fração que está fora do policiamento ostensivo, se distribuem equitativamente nos três níveis de ensino (em torno de 1/3 em cada faixa).12

- 10. As atividades especiais em que as mulheres estão envolvidas em maior proporção são: mediação de conflitos, projetos sociais, PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), ensino e policiamento de proximidade.
- Sobre a incorporação de mulheres nas polícias brasileiras, ver (CALAZANS, 2004; SOARES e MUSUMECI, 2005; MOREIRA, 2010; SOUZA, 2011)
- 12. 35,4% e 30% (ensino médio); 32,2% e 35% (superior incompleto); 29% e 30% (superior completo). Dada a presença de células com valores inferiores a cinco, estes cruzamentos não puderam ser submetidos ao teste de qui-quadrado e têm apenas caráter indicativo.

Esses números chamam a atenção não somente por produzirem um retrato da distribuição das ocupações femininas, mas sobretudo por revelarem algo sobre as próprias UPPs. O contraste entre as práticas masculinas e femininas mostra, de um lado, que o ingresso de mulheres nas polícias ainda é marcado por uma lógica de especialização que a UPP não conseguiu reverter. De outro, o insulamento das policiais em determinados setores na UPP revela que o princípio do diálogo com a população, simbolizado na figura da primeira comandante e base de sustentação da polícia de aproximação, não ganhou a centralidade e a amplitude pressupostas no modelo original. Ele se viu, ao invés disso, absorvido pela lógica adversarial, expressa no alto grau de tensão entre policiais e moradores, como se verá logo adiante.

Evidentemente, as diferenças de função repercutem, em termos práticos, nas atividades do dia a dia. Não surpreende, portanto, que seja mais numeroso o percentual de mulheres que nunca fazem abordagem e revista de suspeitos, registros em delegacia ou prisões e apreensões. Em contrapartida, é um pouco maior entre elas a proporção dos que buscam regularmente a aproximação com a comunidade, procuram conhecer seus problemas, reúnem-se com moradores e desenvolvem atividades com jovens, crianças e idosos.

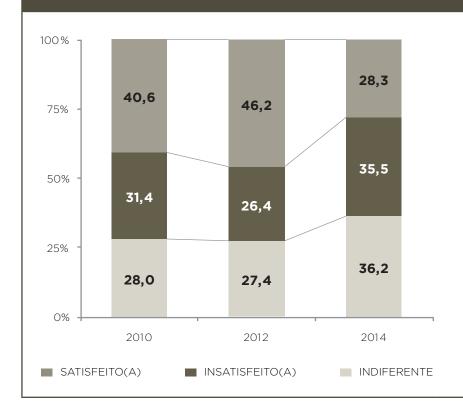
Testou-se a diferença na proporção das abordagens realizadas por uma segunda pergunta do questionário, sobre o número de pessoas interpeladas, em média, a cada plantão: 65,2% das mulheres responderam que, via de regra, não abordavam nenhuma pessoa e somente 18% delas relataram cinco ou mais abordagens por turno. Entre os homens, inversamente, foi de 16,7%

FREQUÊNCIA DAS ATIV POR SEXO	<b>i</b> %	%		
	MUITA FREQUÊNCIA	60,4	19,0	
ABORDAGEM E REVISTA DE SUSPEITOS	POUCA FREQUÊNCIA	30,8	40,8	
	NUNCA	8,8	40,2	
	MUITA FREQUÊNCIA	19,3	23,6	
LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS	POUCA FREQUÊNCIA	44,9	39,3	
	NUNCA	35,8	37,1	
	MUITA FREQUÊNCIA	28,9	32,3	
RECEBIMENTO DE QUEIXAS	POUCA FREQUÊNCIA	48,1	40,6	
	NUNCA	23,0	27,1	
	MUITA FREQUÊNCIA	6,6	21,9	
ATIVIDADES COM CRIANÇAS, JOVENS OU IDOSOS	POUCA FREQUÊNCIA	21,1	15,7	
00 150303	NUNCA	72,3	62,4	
_	MUITA FREQUÊNCIA	4,1	16,7	
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES NA COMUNIDADE	POUCA FREQUÊNCIA	14,2	15,2	
NA CONTONIDADE	NUNCA	81,7	68,1	
	MUITA FREQUÊNCIA	34,4	12,1	
REGISTROS DE OCORRÊNCIAS NA DELEGACIA	POUCA FREQUÊNCIA	48,7	36,0	
TWY DEELENAMENT	NUNCA	16,9	51,9	
	MUITA FREQUÊNCIA	14,3	12,5	
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	POUCA FREQUÊNCIA	36,4	26,0	
	NUNCA	49,3	61,5	
	MUITA FREQUÊNCIA	24,9	34,0	
PRÁTICAS DE APROXIMAÇÃO COM OS MORADORES	POUCA FREQUÊNCIA	38,0	24,0	
	NUNCA	37,0	42,0	
	MUITA FREQUÊNCIA	31,4	6,7	
PRISÕES E APREENSÕES	POUCA FREQUÊNCIA	51,5	34,4	
	NUNCA	17,1	58,9	

a proporção dos que afirmaram não fazer nenhuma abordagem e de 59,5% a parcela que declarou abordar cinco ou mais moradores a cada plantão.

Em suma, o que os policiais nos dizem por esses números é que em seu cotidiano as funções relativas ao policiamento de proximidade têm o mesmo peso das atividades de cunho repressivo, pois enquanto mais da metade dos homens abordam e revistam suspeitos com muita frequência, menos de um quarto se dedica no dia a dia a levantar problemas na comunidade, mediar conflitos ou buscar a proximidade dos moradores. Ainda assim, quando se considera a tensão que tomou conta de boa parte das favelas com UPP a partir de 2014, é até notável que uma parte da tropa masculina continue a adotar algumas práticas de aproximação mesmo em um cenário de crescente afastamento, desmobilização e desinteresse dos policiais, evidenciado pela diminuição dos que dizem praticar regularmente atividades tanto preventivas quanto repressivas, ou que afirmam receber chamados da população.13 Ademais, esse decréscimo de investimento no trabalho se fez acompanhar, nos últimos dois anos da pesquisa, por uma sensível deterioração do humor dos policiais. Percebeu-se um crescimento da proporção de policiais que se dizem insatisfeitos e, o que é tão ou mais preocupante (já que, no limite, a insatisfação pode embutir um desejo de melhorar ou até de se mobilizar por melhores condições de trabalho), essa insatisfação foi acompanhada de uma elevação da parcela dos entrevistados que declarou sentir-se indiferente na sua condição de policial de UPP.

# COMO SE SENTE NA MAIOR PARTE DO TEMPO, SENDO POLICIAL DE UPP?



Embora não se possa comparar, cronologicamente, o grau de envolvimento e de satisfação das mulheres, já que as pesquisas anteriores não haviam sido estratificadas por sexo, as diferenças encontradas em 2014 em relação a esses tópicos não mostram propriamente uma reversão do quadro geral, quando se trata do contingente feminino. Também entre as agentes, como se viu, não é muito expressiva a proporção das que se dedicam com frequência ao trabalho de aproximação com a comunidade. Porém, os dados sobre percepções, sentimentos e perspectivas reveladas pelas mulheres permitem inferir que elas estão um pouco mais comprometidas com o projeto, como indicam os números examinados a seguir.

13. Entre 2012 e 2014, diminuiu a quantidade de policiais que realizam regularmente: atividades com jovens e crianças (-5,6%), levantamento de problemas (-5%), registros de ocorrência na delegacia (-17%), recebimento de queixas (-23,6%), abordagem e revista de suspeitos (-18%).

#### SENTIMENTOS E APTIDÕES

O fato de estarem menos expostas do que a maior parte dos colegas que atua no policiamento ostensivo a situações de risco ou tensão (como prisões e apreensões, abordagens, pação em ocorrências com disparo de arma de fogo etc.)14 não faz com que as mulheres se sintam mais seguras do que eles no trabalho. O percentual dos que se dizem seguros, atuando em UPP, é basicamente o mesmo nos segmentos feminino e masculino, mantendo-se em torno de 25%. Assim como não varia com o sexo, a sensação de segurança curiosamente também não varia de maneira significativa segundo a exposição diferenciada a conflitos e confrontos em uma mesma UPP. Somando-se homens e mulheres, entre os que estão no policiamento cotidiano (em ronda a pé, radiopatrulha, ou ponto fixo ), a proporção dos que se sentem seguros ou muito seguros oscila em torno de 21%. Já entre os que atuam nos Grupamentos Táticos de Policiamento de Proximidade ela se eleva para 29,8%, mas não passa de 33,1% mesmo entre os que se encontram até certo ponto "protegidos" no setor administrativo.15 O que parece influir no sentimento de segurança é sobretudo a situação das favelas em que atuam os entrevistados. Classificadas pelo comando da PM como verdes, amarelas ou vermelhas, conforme o grau de conflagração, as UPPs "pacificadas" consideradas (verdes) reúnem o maior contingente de policiais que se sentem seguros ou muito seguros (42,5%) e a menor proporção dos que se dizem inseguros ou muito inseguros (21,9%). Nas demais, o sentimento de segurança só foi expresso por 22,5% (amarelas) e 18,7% dos entrevistados (vermelhas), respectivamente.<sup>16</sup>

Sendo o sentimento de segurança tão escasso, independentemente do sexo (e, note-se, mesmo nas UPPs consideradas mais pacíficas, menos da metade dos entrevistados se sente segura), quais as expectativas em relação ao desempenho das mulheres?

De modo geral, a ampla maioria da tropa compartilha a opinião de que, nas UPPs, as mulheres podem exercer qualquer uma das funções policiais. A única exceção diz respeito justamente ao trabalho em grupos de ação tática, o qual menos de 40% acham que pode ser feito também por mulheres e, mesmo em meio à tropa feminina, mais de um terço crê que deveria ser realizado somente por homens.

No entanto, o olhar masculino dos que não acreditam na polivalência das policiais não coincide propriamente com a autoimagem da tropa feminina, como se pode constatar na figura abaixo. A tendência, nesses casos, é que um percentual maior de homens considerem as mulheres aptas apenas a algumas modalidades do trabalho policial, enquanto elas se vejam, em maior proporção do que eles, como capazes de exercer qualquer tipo de atividade. Assim, praticamente não há quem suponha devam caber exclusivamente às mulheres as tarefas consideradas pesadas ou arriscadas, como busca e apreensão, patrulha dos acessos, prisões e apreensões e o trabalho em grupos de ação tática. A diferença, nesses casos, está na proporção, sempre maior entre as mulheres, dos que creem que tais funções podem ser exercidas sem restrições por ambos os sexos.

O mesmo ocorre, embora no sentido contrário, com as funções baseadas no diálogo, como aproximação com a comunidade, mediação de conflitos e projetos sociais. É ínfima a parcela

- 14. Nos três meses anteriores à pesquisa, 74% das mulheres e 33,4% dos homens não haviam feito nenhuma prisão ou apreensão; 50,8% das mulheres e 12,5% dos homens não haviam feito nenhuma abordagem a suspeitos; 90,4% das mulheres e 65% dos homens não haviam participado de nenhuma ocorrência envolvendo arma de fogo.
- 15. Para que se tenha uma referência, os policiais que atuam nos Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade (GTPP) reportaram quatro vezes mais do os que estão no setor administrativo situações em que foram alvo de objetos arremessados por moradores. Certamente, o nível de exposição dos policiais não pode ser medido exclusivamente pela intensidade da ira da população e. além disso. o GTPP opera em situações de crise e seus agentes dispõem de equipamentos de proteção diferentes dos acessíveis aos que estão em outros setores. Esse é apenas um indicador do grau de conflitualidade, que ajuda a ilustrar as diferenciações presentes no cotidiano policial.
- 16. Os que disseram não sentir nem segurança nem insegurança nas verdes, amarelas e vermelhas, correspondem a 29,3%, 23% e 35,6%, respectivamente, e os que se disserem inseguros ou muito inseguros representam 52% dos entrevistados nas vermelhas e 45,4% na amarelas.

dos que acreditam que elas devam ser atribuídas unicamente aos homens, mas é maior, entre eles, a proporção dos que supõem que essas atividades deveriam estar exclusivamente a cargo das mulheres e, consequentemente, é maior no segmento feminino a percepção de que elas podem ser desempenhadas por qualquer um.

#### **CONFLITOS E AFINIDADES**

Independentemente das potencialidades, contudo, há, na prática, uma diferenciação de cargos bastante acentuada, como se viu anteriormente, e a maioria das policiais atua em condições menos propícias a confrontos, emboscadas ou interações conflituosas. Por certo, mesmo sem impactar diretamente a sensação de segurança, isso lhes proporciona uma experiência de menos antagonismo com os moradores e, provavelmente por isso, uma visão um pouco mais positiva da UPP.

A percepção sobre os sentimentos da população em relação à presença da polícia, por exemplo, ainda que predominantemente negativa dois segmentos, não é exatamente a mesma entre homens e mulheres. A diferença é patente, mesmo sabendo-se que a avaliação do policial considerou a visão dos moradores sobre o conjunto da tropa, sem a segmentação por sexo. A essa questão, 48,8% das respostas dadas pelas mulheres e 62,4% das proferidas pelos homens referiam-se a sentimentos negativos, como raiva, desconfiança, medo, desrespeito, desprezo, nojo, etc.. Inversamente, 33,7% das avaliações femininas e 23% das masculinas consistiam em

QUEM DEVERIA REAL	IZAR	%	%	TOTAL %	
	HOMENS	1,8	-	1,6	
APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE	MULHERES	11,7	3,5	10,9	
	TANTO FAZ	86,5	96,5	87,5	
	HOMENS	38,1	16,4	36,0	
BUSCA E APREENSÃO	MULHERES	0,1	-	0,1	
	TANTO FAZ	61,8	83,6	63,9	
	HOMENS	38,7	15,9	36,5	
PATRULHAS DOS ACESSOS	MULHERES	0,3	-	0,2	
	TANTO FAZ	61,0	84,1	63,2	
	HOMENS	4,5	0,8	4,1	
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	MULHERES	15,3	8,1	14,6	
	TANTO FAZ	80,2	91,1	81,3	
	HOMENS	1,0	0,8	1,0	
TRABALHO ADMINISTRATIVO	MULHERES	28,4	14,8	27,0	
	TANTO FAZ	70,6	84,4	72,0	
	HOMENS	1,2	-	1,1	
PROJETOS SOCIAIS	MULHERES	13,9	7,5	13,3	
	TANTO FAZ	84,9	92,5	85,6	
	HOMENS	61,1	38,0	58,9	
TRABALHOS NOS GRUPOS DE AÇÃO TÁTICA	MULHERES	0,1	-	0,1	
DE AÇÃO TATICA	TANTO FAZ	38,8	62,0	41,1	
	HOMENS	37,2	19,0	35,4	
PRISÕES E APREENSÕES	MULHERES	0,1	0,1	0,1	
	TANTO FAZ	62,7	80,9	64,4	

	ALGUMAS OU MUITAS VEZES OS POLICIAIS:	
50,2%	FORAM ALVO DE OBJETOS ARREMESSADOS POR MORADORES	20,8%
63,2%	FORAM XINGADOS POR MORADORES	29,7%
59,2%	FORAM DESRESPEITADOS POR MORADORES	28,2%
60,3%	NÃO OBTIVERAM RESPOSTA A UM CUMPRIMENTO	33,7%

sentimentos positivos, como simpatia, aceitação, respeito, admiração, confiança, gratidão etc.<sup>17</sup>

O fato de haver mais otimismo em meio à tropa feminina não significa, evidentemente, que as policiais vivam relações idílicas com a população das favelas. Os números que revelam a incidência de conflitos entre moradores e policiais masculinos e femininos estão longe de indicar uma convivência pacífica. Ocorre que, entre os homens, os níveis de conflitualidade se tornaram verdadeiramente alarmantes, sobretudo para um território dito pacificado. É o que se pode constatar na figura acima, em que estão descritas reações agressivas de moradores que, segundo os agentes, lhes foram dirigidas.

Essas diferenças não implicam, porém, que a tropa perceba nas mulheres uma identidade maior com o modelo das UPPs ou com o policiamento de proximidade. Os números, examinados anteriormente, sobre a frequência das atividades realizadas também não apontam, como se viu, uma prática que as diferencie tão expressivamente dos colegas no que diz respeito às iniciativas de aproximação com a população. Nada que se compare, por exemplo, às diferenças relativas às atividades repressivas. Em consonância

com a ideia, expressa pela maioria, de que as funções requeridas nas Unidades de Polícia Pacificadora podem ser exercidas por policiais de ambos os sexos, exceto no caso dos grupos táticos, menos de 6% dos homens e das mulheres concordam com a afirmativa de que o trabalho na UPP é mais apropriado ao policiamento feminino. Se em momentos anteriores as UPPs foram vistas por uma parcela dos PMs como um campo de trabalho menos viril ou mais próximo da ação social do que outros setores da polícia, 18 tudo indica que, com o novo cenário de conflitos e de agravamento dos patamares de tensão no policiamento, essa percepção de que na UPP não se fazia "o verdadeiro trabalho de polícia" parece ter perdido força e amplitude.

Na medida em que o princípio da polícia cidadã, baseada no modelo de proximidade e centrada na parceria com a população, foi sendo contaminado nas UPPs pelo argumento da ocupação militar dos territórios, o lugar simbólico do feminino, no que ele continha de positividade e negatividade, foi também perdendo terreno. Conforme já dito, a imagem da Capitão Priscila, comandante da primeira UPP, como personificação de uma polícia capaz de solucionar os problemas através do

- 17. Os sentimentos neutros, como indiferença e tolerância, corresponderam a 14,6% e a 17,2% das respostas masculinas e femininas.
- 18. Segundo os diários de campo dos entrevistadores nas primeiras rodadas da pesquisa, vários entrevistados queixavam-se de estar fazendo o papel de "babás de favelados" ou de assistentes sociais. Embora, por diferenças na agregação das respostas. qualquer comparação requeira cautelas, uma mudança nesta percepção pode ser notada na proporção das iustificativas para a insatisfação dos policiais com a UPP: em 2012, 20,6% das respostas referiam-se ao fato deles não se sentirem realizando um "trabalho de polícia", enquanto, em 2014, esse tipo de resposta se reduziu

diálogo, foi se esgarçando diante da retomada das estratégias de enfrentamento armado do tráfico. Nesse processo, a importância e o papel das comandantes femininas sofreu um notável encolhimento no imaginário ligado ao programa de pacificação.

Porém, a despeito do declínio do lugar emblemático inicialmente conferido ao feminino nas UPPs, ou seja, de uma relativa "masculinização" do programa, e ainda que no discurso dominante não se diferenciem as aptidões para o trabalho cotidiano, prevalecem os sinais de que, entre as mulheres, é ligeiramente superior a proporção das que se sentem identificadas com o projeto. O grau de satisfação das mulheres como policiais de UPP, por exemplo, é maior que o masculino, ainda que também modesto: 43,4% delas se dizem satisfeitas na maior parte do tempo, enquanto esse sentimento é expresso por apenas 23,7% dos homens.<sup>19</sup> Mais da metade das mulheres (52,2%) diz ter uma visão positiva da UPP, o que no segmento masculino é compartilhado por apenas 40,1% dos entrevistados. Além disso, a fração dos que desejam permanecer trabalhando em UPP<sup>20</sup> é consideravelmente maior entre as mulheres (59,4%) do que entre os homens (39,1%), assim como é proporcionalmente superior o montante das que acreditam ter um perfil perfeitamente adequado ao projeto (38,1% das mulheres e 25% dos homens).<sup>21</sup>

Várias dessas percepções estão possivelmente associadas ao fato de a maioria das mulheres estar afastada do patrulhamento ostensivo nas favelas, como se viu antes, exercendo funções administrativas e atividades especiais como mediação de conflitos, projetos sociais, PROERD, ensino e o que foi identificado por alguns como policiamento de proximidade.<sup>22</sup> Ocupam-se, por exemplo,

da administração e dessas atividades especiais 83,4% das que avaliam positivamente a escala de trabalho, 70,5% das que se dizem satisfeitas sendo policiais de UPP, 67% das que expressaram o desejo de continuar trabalhando em UPPs, além de 66,7% das que afirmam ter uma visão positiva do projeto.<sup>23</sup>

Esses dados mostram que é justo no segmento onde há maior grau de identificação com a UPP que se concentra, proporcionalmente, a maior quantidade dos que atuam nas bordas da UPP, realizando funções que não se incorporaram ao núcleo central da atividade cotidiana de polícia.<sup>24</sup> A tropa feminina foi em boa parte deslocada para longe da atividade ostensiva e a parcela das que permaneceram em funções de vigilância e ronda corresponde a cerca de 5% do conjunto, sem força numérica, portanto, para deixar qualquer marca diferenciadora, seja por características reais, seja por traços que lhes sejam atribuídos imaginariamente. Elas se diluem no conjunto da tropa, assimiladas a uma cultura policial ainda fortemente marcada pelos códigos da virilidade violenta, que nas situações de conflito tendem a recrudescer. Assim, apesar de as mulheres se mostrarem mais identificadas com as UPPs e a despeito da imagem inaugural da primeira comandante, que buscava simbolizar um novo modelo de ação da polícia, a incorporação da tropa feminina não representou, para as mulheres e tampouco para a corporação, um elemento deflagrador de mudanças. Nem chegou a modificar os padrões tradicionais de inserção do contingente feminino na polícia militar e tampouco produziu fissuras na cultura adversarial, que em alguns anos se sobrepôs ao projeto original que previa um policiamento voltado para o diálogo e para a parceria com a comunidade.

- 19. Ainda que seja um tanto preocupante imaginar que mais da metade da tropa, masculina ou feminina, carreque o sentimento de insatisfação, em relação ao trabalho nas UPPs, esses dados são surpreendentemente semelhantes aos revelados pelo levantamento nacional Mulheres nas instituições policiais (FBSP/FGV/SENASP, 2015). Embora as comparações entre pesquisas sejam sempre problemáticas, uma vez que as perguntas não são exatamente iquais e que a pesquisa nacional abarque todas as forças policiais, a proporção de agentes insatisfeitos é da ordem de 31,3%, no Brasil, enquanto nas UPPs 36,5% se dizem insatisfeitos, e o percentual das policiais femininas insatisfeitas, no país, é de 26,8%, enquanto nas UPPs 26,7% das mulheres se disseram insatisfeitas.
- **20.** Na própria UPP (52,3%) ou em outra UPP (7,1%).
- 21. Somando-se a parcela dos que afirmam se encaixar total ou parcialmente no projeto, os percentuais passam a representar 88,6% dos homens e 93,7% das mulheres.
- 22. Atividades que os entrevistados especificaram ao selecionar a categoria "outro", quando indagados se o tipo de trabalho realizado na maior parte do tempo consistia em rádio-patrulha, ronda a pé/GPP, ponto fixo , GTPP, administrativo ou outro.
- 23. Esses dados são apenas indicativos, uma vez que a presença de células com valores inferiores a cinco impediram a realização do teste de qui-quadrado.
- 24. Tal como ocorreu, por exemplo, na década de 1980, quando o controle do trânsito foi atribuído às policiais, vistas, na época, como mais honestas e inflexíveis.

### UM CONTRAPONTO: OLHAR DA MÍDIA IMPRESSA

A presença feminina nas UPPs despertou algum interesse dos jornalistas, sobretudo em certos momentos de crise ou de reconhecimento público do programa, como o ano de 2012, que concentrou a maior quantidade de matérias publicadas sobre mulheres nas Unidades de Polícia Pacificadora.

Em meio às mais de 15 mil matérias sobre UPPs publicadas entre fins de 2008 e de 2013 nos jornais O Globo, Extra e O Dia, foram encontradas 182 – entre reportagens, colunas, boxes, artigos assinados, entrevistas, notas e editoriais – que faziam alguma menção à presença feminina. Dessas, apenas 40 focalizavam direta e prioritariamente as policiais das UPPs e em 75 elas eram mencionadas entre outros personagens. Nas demais, os textos apenas faziam menção à presença de uma ou mais

mulheres policiais em situações específicas, sem nomeá-las ou referir-se a elas diretamente. As observações que se seguem referem-se tão somente às 115 matérias correspondentes à soma dos dois primeiros blocos, ou seja, àquelas nas quais as agentes foram objeto de algum comentário específico, seja exclusivamente, seja em meio a outros personagens.<sup>25</sup>

Dos 115 textos analisados, 48 foram publicados entre 2009 e 2011. Somente no ano de 2012, foram encontradas 41 publicações e em 2013 esse número reduziu-se para 26. Desse conjunto, 36 foram veiculadas pelo Jornal Extra, 26 pelo Globo e 53 pelo jornal O Dia.<sup>26</sup>

Como já se poderia prever, uma parte das matérias era anunciada por títulos e subtítulos que se referiam, de forma direta ou indireta, a atributos físicos das policiais, assim como a elementos supostamente inerentes ao universo feminino. Eis alguns exemplos:

25. Algumas matérias se repetem, porque o Globo e o Extra pertencem à mesma empresa e podem replicar alguns de seus artigos, ou porque há situações em que a matéria é reproduzida no mesmo veículo, com algumas alterações, em datas diferentes.

26. Além de setenta e três reportagens, foram identificados 14 boxes ou colunas, 12 matérias assinadas, 3 editoriais, 9 notas de coluna assinada, 2 entrevistas e 2 matérias com formato indefinido, que tratavam de mulheres nas UPPs.

UMA MÃE NO COMANDO DA UPP DA FORMIGA NA TIJUCA - CAPITÃ, QUE TEM DOIS FILHOS, QUER CRIAR PROJETOS PARA CRIANÇAS (Extra, 1/7/2010)

NOVA UPP GANHA TOQUE DE SENSIBILIDADE NO SÃO JOÃO (O Dia, 1/2/2011)

BELEZA NO PATRULHAMENTO (O Dia, 24/3/2012)

AS UPPETES - CONHEÇA AS POLICIAS GATAS DAS UPPS - Além de contribuir para aumentar a segurança no Rio, as upps estão ajudando a embelezar as comunidades com um time de policiais lindas e poderosas (...) (O Dia, 20/5/2012)

**"TROPA DE BATOM" NO CAMINHO DA PACIFICAÇÃO** (O Dia, 26/4/2011)

UPP NOEL FAZ CAMPANHA PARA REALIZAR SONHOS (O Dia, 28/11/2012)

UPP DA FORMIGA SERÁ PRIMEIRA PACIFICADORA COM MÃE NO COMANDO (Extra, 30/6/2010)

Ao lado de inscrições como essas, encontram-se ainda algumas chamadas que reforçam a imagem naturalizada do feminino, através do estranhamento que as mulheres em posições de poder e de autoridade parecem provocar. No quadro ao lado, os títulos falam por si.

Não é preciso ir muito longe para perceber que em coberturas jornalísticas sobre o conjunto da polícia dificilmente se trataria da beleza dos comandantes ou da necessidade de "um olhar masculino" na tropa. Tampouco, se destacaria a presença de um pai no comando de uma unidade (ainda que a paternidade possa figurar entre os elementos que compõem o perfil de um policial). Da mesma forma, não é comum apontar a coragem de um comandante pelo enfrentamento de criminosos, mencionar o poder masculino, apelidar um oficial de xerife pelo simples fato dele assumir o comando de uma unidade, ou fazer referências a uma tropa de gravatas e cuecas. Como também não se esperaria encontrar na descrição de um policial masculino certos qualificativos como "durão", "guerreiro" ou "bom de briga", presentes nas matérias sobre as mulheres, sob pena de configurá-los como violentos ou incompatíveis com o policiamento de proximidade.

Uma parte das matérias, portanto, reproduz visões estereotipadas e em alguns casos até erotizadas<sup>27</sup> das policiais femininas, situando-as, nem sempre muito sutilmente, como estrangeiras no universo policial.

Porém, os títulos e subtítulos que focalizam as supostas características femininas das policiais ou que ressaltam a estranheza pelo fato de mulheres ocuparem posições de mando não representam o conjunto das chamadas, ainda que expressem a visão predominante,

XERIFE PREOCUPADA COM O SOCIAL (Extra, 25/1/2009)

MULHERES CONQUISTAM SEU LUGAR NA POLICIA MILITAR (Extra, 12/11/2011)

FORMIGA É A TERCEIRA A TER O PODER FEMININO NO COMANDO (O Globo, 21/10/2010)

ELAS ESTÃO NO COMANDO - SEXO FEMININO EXERCE CARGOS DE CHEFIA E SE DESTACA NO MERCADO (O Globo, 25/11/2010)

MAJOR É 'MULHER DE CORAGEM' (O Dia, 9/3/2012)

A TROPA ULTRAFEMININA DA UPP DA MANGUEIRA \_ UPP INVADIDA POR MULHERES NA MANGUEIRA (Extra, 8/3/2012)

quanto se trata de descrever as agentes. Em meio à totalidade das matérias analisadas há publicações versando sobre diversos outros temas, como inaugurações de novas unidades, posse de comandantes, disputa por vagas femininas em concurso, projetos comunitários ou conflitos armados, que não focam as peculiaridades das mulheres, embora possam salientá-las lateralmente. Além disso, no ano de 2012, que concentrou o maior número de matérias, o noticiário foi marcado por dois assuntos de grande repercussão. Um deles, trágico, que gerou nove matérias, foi o primeiro assassinato de policial na história da UPP e que teve como vítima justamente uma mulher - a Soldado Fabiana, do Complexo do Alemão. O outro, glorioso, que rendeu o mesmo número de matérias, foi sobre o premio internacional "Mulheres de coragem" entregue à Major Pricilla pelas mãos de Hillary Clinton, como reconhecimento por sua atuação no comando da primeira UPP. Eis alguns exemplos de como esses e outros eventos foram destacados na imprensa:

27. Um exemplo disso é a matéria sobre "as UPPetes", mencionada acima, que traz o subtítulo as "policiais gatas", com fotos de cinco soldados de vestido e de pernas de fora em poses sensuais.

AS LÁGRIMAS DA MAJOR CORAGEM - PM RECEBE PRÊMIO E É SAUDADA COMO EXEMPLO POR MICHELLE OBAMA (O Globo, 9/3/2012)

PM MORTA NO ALEMÃO É PRIMEIRA VÍTIMA EM ÁREA DE UPP -Traficantes atacam unidades e tiro de fuzil atravessa o colete de policial de 30 anos (O Dia, 24/7/2012)

MAJOR DA UPP É HOMENAGEADA NOS EUA, COMANDANTE DA 1º UPP GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL (Extra, 8/3/2012)

CAPITÃ QUER MAIS PMS NA FORMIGA - Comandante da nova UPP que será inaugurada hoje na Tijuca, oficial contará com 90 policiais e espera mais 28 para cuidar da comunidade (O Dia, 1/7/2010)

MULHERES FORA DO CONCURSO PARA SOLDADOS DA PM: Após dois anos reservando espaço para elas, corporação volta atrás e exclui candidatas de seleção para 6 mil vagas em janeiro (O Dia, 20/9/2012)

MATADORES IDENTIFICADOS - A polícia divulgou fotos de suspeitos da ação que matou a soldado Fabiana, chamada de heroína pela presidenta Dilma (O Dia, 26/7/2012)

PRICILLA PRONTA PARA NOVO DESAFIO - A major que ajudou a mudar a história do morro Santa Marta assume a pacificação da Rocinha em meio à investigação do caso Amarildo (O Dia, 7/9/2013)

BELTRAME GARANTE MULHERES EM CONCURSO (O Dia, 21/9/2012)

Entretanto, seja pelo que é dito, seja pelo que é silenciado, são as matérias que fazem referência aos impactos da presença feminina ou das expectativas que ela gera que revelam mais claramente o imaginário talhado no olhar da imprensa em torno das policiais de UPPs e, por meio delas, das próprias UPPs.

Cabe ressaltar que nem sempre os conceitos contidos nas matérias são formulados por seu autor ou sua autora. De todo modo, eles convergem para a construção de uma textualidade comum, ainda que tenham sido emitidos por algum entrevistado ou personagem focalizado pelos jornalistas. Isso porque, além de os textos já conterem seus próprios filtros, em nenhum caso eles propõem uma leitura crítica ou alternativa ao que foi ouvido e reproduzido. Nesse sentido, vale a pena observar como os conteúdos das matérias agregam significação aos títulos.

### UMA UPP MAIS FEMININA E MENOS LETAL (O Globo, 18/5/2011) - REPORTAGEM

Trata da inauguração de uma nova UPP, sugerindo que o grande volume de mulheres na nova unidade (51 policiais femininas em um efetivo de 250 agentes) facilitará o relacionamento com a comunidade, permitindo que ela abra suas portas à polícia com mais facilidade.

## UPPETES: POLICIAS MILITARES LOTADAS EM UPPS CHAMAM ATENÇÃO POR ESBANJAR BELEZA E DESENVOLVER TRABALHO COMUNITÁRIO QUE AJUDA A RESGATAR CIDADANIA DOS MORADORES (O Dia, 20/5/2012)

"Bem que dizem que a imagem da polícia está mudando. E ficando cada vez mais bonita. As beldades que enfeitam as páginas a seguir poderiam desfilar seu charme em passarelas de moda. Mas, muito além dos rostos bonitos e corpos perfeitos, é delas a difícil missão de proteger a cidade da violência, patrulhando comunidades pacificadas. Fardadas ou com jeito de mulherão (...) as 'uppetes' – apelido carinhoso dado por moradores às soldados das Unidades de Polícia Pacificadora – despertam atenção com sua beleza e os bons exemplos de dignidade que cultivam entre jovens"

# UMA MÃE NO COMANDO DA UPP DA FORMIGA NA TIJUCA - CAPITÃ, QUE TEM DOIS FILHOS, QUER CRIAR PROJETOS PARA CRIANÇAS (Extra, 1/7/2010)

Refere-se à capitão Carvalhaes, que assumira o comando da UPP da Formiga, enfocando aspectos de sua vida particular e seus projetos para a comunidade

# O NÚMERO DE REGISTROS DE AGRESSÃO CONTRA MULHERES CRESCEU 95% NAS FAVELAS COM UPP (Extra, 26/7/2010)

Noticia o aumento dos registros de agressão contra mulher, antes e depois da pacificação, sugerindo que aproximação dos policiais da UPP favorece a condução das investigações e a prisão dos agressores, permitindo resolver problemas que antes eram levados aos traficantes.

#### A BELEZA DO RESGATE DA CIDADANIA (O Dia, 21/5/2012) - EDITORIAL

Refere-se às policiais nos seguintes termos: "Com um toque feminino (..) ajudam a recuperar a confiança da população na instituição, aproximando ainda mais a polícia carioca do cidadão" (...) "estreitando seus laços com as comunidades, etapa fundamental para a consolidação da pacificação nas favelas" (...) [que a ]"beleza e gentileza das recrutas sejam um novo canal de diálogo aberto pela polícia"

#### BOPE DETALHA UPP PARA MORADORES DA PROVIDENCIA (Extra, 26/3/2010) - REPORTAGEM

Trata de reunião promovida pelo BOPE no Morro da Providência, seguida à ocupação. Apresenta a soldado Ana Paula Monteiro como peça-chave na aproximação com os moradores e as mulheres como tendo mais facilidade para conquistar os moradores e quebrar a resistência da comunidade à polícia.

# MORRO DO TURANO RECEBE HOJE A 12º UPP DO RIO - COMANDANTE DISSE QUE MAIS MULHERES INTEGRARÃO SUA EQUIPE (O Globo, 30/9/2010) - NOTA DE COLUNA

Refere-se à inauguração da UPP Turano e suas dificuldades, dada a resistência do tráfico. Descreve o perfil do novo comandante, que solicitou a presença de mais mulheres em sua unidade, visando garantir maior proximidade com moradores, uma vez que "elas têm mais jeito para lidar com a população"

# **TENENTE MANGUEIRA - A BELA SUBCOMANDANTE DA UPP VERDE E ROSA** (O Globo, 26/11/2011) - NOTA DE COLUNA Focaliza a Tenente Tatiana, então subcomandante da Mangueira, abordando sua visão sobre o papel da mulher, sobre as comunidades onde trabalhou e suas atitudes para integrar-se ao ambiente.

Nas palavras da Tenente: "a mulher tem mais delicadeza para lidar com pessoas, é fácil fazer a aproximação"

### AS FEMS DA PM (O Globo, 5/3/2012) - NOTA DE COLUNA

(na íntegra) Uma mulher foi a primeira colocada entre os formandos da turma da PM na semana passada. Elas somaram 226 contra 318 homens. A PM está comemorando 30 anos da sua primeira turma feminina este mês. Elas são conhecidas na corporação como FEMs e são disputadas para trabalhos nas UPPs, pois são consideradas ótimas mediadoras nas comunidades"

# MULHERES DAS UPPS - FORMIGA É A TERCEIRA A TER O PODER FEMININO NO COMANDO (O Globo, 21/10/2010) - REPORTAGEM (BOX)

Cobertura da inauguração da UPP do morro da Formiga, sob o comando da Major Carvalhaes, com menção às duas comandantes anteriores e destaque ao papel e responsabilidade. Segundo o secretário de segurança, a população elogia o trabalho das mulheres, o que estaria associado a sua sensibilidade e poder de aproximação.

### ISSO CONSOLIDA A PRESENÇA DA SEGURANÇA NAS COMUNIDADES (Extra, 15/9/2013) - REPORTAGEM

Trata do balanço, feito pelo secretario de segurança, dos quase cinco anos das UPPs. Destaca o numero de unidades instaladas, de comunidades beneficiadas e de policiais inseridos no programa, atribuindo importância à crescente presença de mulheres, as quais, nas palavras do secretário de segurança seriam mais hábeis e sensíveis para lidar com o processo de pacificação.

Resumindo essa amostra de noticias, o que se está dizendo das mulheres é que elas são mais capazes de abrir canais de diálogo com a população, de quebrar resistências à presença policial, de ajudar a recuperar a confiança na polícia militar, de mediar conflitos e de promover a aproximação com a comunidade. Em suma: de realizar o policiamento de proximidade, que segundo a definição oficial, exposta na página da instituição, é a base de sustentação das UPPs.

As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias.<sup>28</sup>

A despeito disso, no período compreendido pela pesquisa, apenas 22 matérias, entre as 115 estudadas, faziam menção ao policiamento comunitário ou de proximidade e somente três delas aludiam à mediação de conflitos nas UPPs, embora tenha sido criado em 2010 um programa de mediação, que até 2014 atuava em quase todas as unidades.

No conjunto, 20 textos referiam-se diretamente a papéis específicos desempenhados pelas mulheres ou apropriados a elas nas UPPs e 28 traziam comentários indiretos a esse respeito. Seja na palavra dos autores, seja na de seus entrevistados, como se pode notar nos exemplos selecionados acima, os pendores das policiais para o trabalho de aproximação com a comunidade aparecem frequentemente associados

à delicadeza (cinco matérias), à suavidade (duas matérias) e à sensibilidade (quatro matérias) femininas que, como ressaltam alguns jornais, proviria de sua condição de mãe e mulher (seis matérias). Com exceção de dois ou três textos que, excepcionalmente, apontam características fora desse padrão (como uma inclinação própria da mulher para chefiar e comandar), a maioria remete a qualidades femininas intrínsecas, transportadas diretamente do domínio da natureza e conectadas ao mundo doméstico, aplicadas espontaneamente no trabalho, sem que a intermediação dos processos institucionais de formação policial capacitasse as mulheres para o novo modelo de polícia que se pretendeu implantar.

Em conformidade com a suposta vocação natural para cuidar de outros seres como quem cuida dos próprios filhos, encontram-se em meio aos textos referências à presença das agentes como sendo particularmente apropriada para lidar com os conflitos familiares e de vizinhança, assim como ao trato de crianças e pessoas vulneráveis, com necessidades especiais. Nesse sentido, revive-se o ideário que presidiu à incorporação do contingente feminino nas polícias brasileiras, ainda nos anos 1950 em São Paulo e, em maior escala, na década de 1980 em diversos estados. Tanto no Brasil quanto no exterior, a entrada das mulheres nas polícias se iniciou por unidades especializadas, incumbidas da resolução de problemas ligados sobretudo à esfera doméstica e aos contingentes mais desprotegidos da população (CALAZANS 2004; SOARES e MUSUMECI 2005; MOREIRA 2010; SOUZA 2011). Entre nós, por exemplo, as primeiras resoluções e decretos de regulamentação da atividade policial feminina circunscreviam sua órbita de

28. http://www.upprj.com/ index.php/faq (último acesso em 22/07/2015). Outra definição que constava da página oficial da UPP e foi posteriormente suprimida: "A Polícia de Proximidade é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. Os policiais da UPP não são policiais de confronto e 'querra', e sim de mediação de conflitos e de relação com as comunidades. A polícia de proximidade busca, ainda, instaurar novas formas de interação e parceria entre as instituições policiais e a sociedade, privilegiando o atendimento preventivo. Os policiais são orientados a estreitar laços com a comunidade em que atuam, conhecendo os moradores e os problemas que possam gerar crimes e conflitos. São pressupostos básicos do policiamento comunitário: ação pró-ativa; ação preventiva; integração dos sistemas de defesa pública e defesa social; transparência; cidadania e ação educativa". (www. upprj.com/index.php/fac)

ação em torno das mulheres, idosos e crianças e demais grupos sociais tidos como vulneráveis.<sup>29</sup>

Hoje, após um lento processo de assimilação das mulheres a todas as esferas da polícia, ainda que em proporções muito variáveis, a depender do setor, tudo indica que o discurso sobre o caráter de especialidade do policiamento feminino e sua inclinação maternal continua em vigor, embora sem a oficialidade de outrora. Ele parece conviver, aparentemente sem grandes contradições, com a noção de que as mulheres podem desempenhar (quase) qualquer função na polícia, ou pelo menos na UPP, como se constatou na fala da maioria dos policiais entrevistados pelo survey.

Por sua vez, as fotos que nos jornais ilustram os artigos reforçam a vinculação das agentes ao mundo maternal, calcado no afeto e na sensibilidade: enquanto os policiais masculinos das UPPs aparecem, via de regra, sérios, perfilados, em operação armada ou abordando supostos criminosos, as mulheres aparecem normalmente expressando emoções (sorrindo ou chorando) e cercadas por crianças.<sup>30</sup>

Curiosamente, em meio às 60 matérias que abordaram, direta ou indiretamente, a relação entre as policiais femininas e os moradores das favelas com UPP, praticamente todas destacavam apenas aspectos positivos: a capacidade das mulheres de promover a aproximação da policia com a comunidade, quebrando resistências (20), as atividades desenvolvidas com as crianças (10), a confiança que geram em meio aos moradores (6), além de outras formas de deixar suas marcas como a não violência, a suavidade, a delicadeza, o interesse genuíno pela vida dos habitantes (convertido em casos de

apadrinhamento) e o carinho recebido e oferecido. Apenas uma matéria refere-se a um impacto negativo da presença feminina, tratando da relação conflituosa entre mototaxistas e uma comandante tida por eles como inflexível, por restringir a circulação de dez motos mesmo depois de cumpridas as exigências estabelecidas pelo comando. Assim, nos três veículos de imprensa examinados, a valorização do trabalho das mulheres é generalizada e, como já foi dito, concentra-se exatamente nas qualidades requeridas pelo policiamento de proximidade: as relações de respeito com os moradores, a aproximação (e parceria) com a comunidade, a atenção aos problemas locais e a mediação de conflitos.

Contudo, provavelmente pela tendência a naturalizar os atributos femininos, essa conexão jamais é explicitada na cobertura jornalística. Se, por um lado, supõe-se que o trabalho das mulheres dispensa uma qualificação formal, já que as habilidades exigidas para o policiamento de proximidade emanam de seus predicados naturais, tudo se passa, por outro lado, como se a abordagem policial não integrasse o cerne do policiamento de proximidade, mas fosse, antes, uma manifestação periférica e secundária do trabalho a ser feito nas UPPs. Se há uma contradição entre um policiamento que se define por seu caráter de proximidade e um discurso que vê no trabalho feminino de aproximação uma ação especializada, baseada na natureza afetiva das mulheres, essa contradição certamente não se manifesta, como tal, na mídia impressa.

Com isso, apesar da dita propensão feminina para o diálogo e para quebrar resistências, gerando aproximação e confiança, somente uma matéria atribui às mulheres policiais um papel

- 29. Em 15 de janeiro de 1959, o Governador Janio Quadros promulgava a Lei Nº 5.235, decretada pela Assembleia Legislativa, criando, pioneiramente em São Paulo a Polícia Feminina. Em seu artigo 2º, a Lei trazia a seguinte definição: "À Polícia Feminina corporação uniformizada, organizada com base na disciplina hierárquica, serão atribuídos encargos de investigação e de prevenção da criminalidade e tarefas assistenciais, principalmente no que se refere à proteção de menores e mulheres, que. pela sua natureza, melhor se ajustem ao trabalho feminino, em razão da sua peculiar formação psicológica". http://www. al.sp.gov.br/repositorio/ legislacao/lei/1959/lei-5235-15.01.1959.html (último acesso em 24/07/2015).
- 30. Das 115 matérias analisadas, 75 traziam alguma foto mostrando mulheres policiais. Na maioria estavam fardadas (47) e armadas (41). Em 20 exibiam um sorriso e em 30 estavam acompanhadas de crianças - o que representa uma proporção grande do coniunto, considerandose que parte das matérias e fotos referem-se a prisões, apreensões, morte de policiais, ataques de traficantes ou revolta de moradores e que somente 40 matérias focalizam exclusivamente as policiais femininas.

relevante para a própria polícia. Trata-se de um editorial do jornal O Dia, de 2012, em defesa da abertura de vagas para policiais femininas em concurso da PM. Vale a pena destacá-lo, por sua absoluta excepcionalidade em todo o período avaliado.

"... é preciso lembrar que, hoje, a PM é muito mais do que força bruta (...), a última etapa do processo de pacificação é a que talvez mais tenha a ganhar com as tropas femininas (...). As mulheres não estão na PM apenas para 'limpar a barra'. Elas têm muito a crescer na corporação, ajudando na evolução das forças de segurança, que cada vez mais devem exercitar a cidadania, em detrimento do 'pé na porta' (...), a PM tem de formar bons soldados e exímios combatentes, mas todos devem ser cidadãos. A mulher com certeza é agente transformadora dessa realidade."

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises da perspectiva das agentes femininas, baseada no survey *UPP: O que pensam os policiais* e da mídia impressa sobre elas, convergem para um arremate comum.

Embora as visões e a prática das policiais estejam um pouco mais afinadas com o modelo de polícia de proximidade, ou, pelo menos, mais diferenciadas do padrão repressivo tradicional, as imagens que elas mobilizam na tropa e na mídia produzem um deslocamento, pelo qual o próprio policiamento de proximidade, que teoricamente constitui a espinha dorsal do projeto das UPPs, se vê deslocado, tal como elas, para uma condição periférica.

No deslizamento do modelo centrado no diálogo com a população para um policiamento que mantém viva a antiga lógica do confronto, através das interações conflitivas do cotidiano, parece ter-se perdido uma oportunidade. Apesar da força simbólica com que se pretendia assinalar um novo modelo de ação da polícia pela presença de uma mulher no comando da unidade inaugural, a inclusão das mulheres não conseguiu reverter, na UPP, as formas tradicionais de incorporação do efetivo feminino à PM. Certamente, não é uma coincidência o fato de as lideranças femininas na UPP terem minguado, ao mesmo tempo em que o projeto ia se desancorando da sua filosofia original.

A mídia, por sua vez, não chegou a conectar as formas de inserção das mulheres, tanto no comando quanto na base, à estrutura das UPPs. Via de regra, os benefícios atribuídos à presença feminina nos jornais referem-se menos ao que as agentes podem significar para a polícia, em favor do aprimoramento do modelo de ação policial, e mais aos impactos pitorescos e quase acidentais de suas características pretensamente inatas. Nesse sentido, as matérias jornalísticas não levaram a uma releitura dos conceitos que inicialmente subsidiaram a absorção das mulheres às forças policiais e tampouco ajudaram a pôr em discussão as eventuais contribuições da presença feminina para o desenvolvimento ou a sustentação do modelo que deu origem à criação da UPP.

Indo um pouco mais longe, pode-se dizer que a cobertura dos jornais não ajudou a desarmar um traço ainda fortemente presente na percepção policial sobre a favela: a visão que em alguns aspectos substituiu a postura bélica pelo olhar benemerente, que transforma o que antes era o "inimigo" em uma população vista como "carente", a requerer a intervenção assistencial.<sup>31</sup> Assim, o que se enxerga no

policiamento de proximidade, por meio da atuação feminina, não é a lógica da garantia de direitos como essência do trabalho policial (MOREIRA 2010), mas um policiamento entendido como atividade menor, voltado para a proteção da parcela populacional percebida como hipossuficiente, ou seja, um policiamento de segunda categoria, como lembra Tania Pinc,32 dirigido a um segmento populacional igualmente desprestigiado. Nessas condições, o diálogo, que propiciaria o reconhecimento mútuo e a participação comunitária pode facilmente esvaziar-se do sentido que lhe foi originalmente atribuído nas definições do policiamento de proximidade. Isso porque a identificação da comunidade pelas suas

insuficiências e não pelas suas potencialidades a desqualifica, automaticamente, como uma interlocutora capaz de contribuir para os diversos aspectos do policiamento e produz uma escuta enviesada, pela qual ambas as partes acabam cristalizando uma forma de relação baseada em antigos papeis.

Conclui-se, finalmente, que assim como a UPP nos últimos anos perdeu um de seus trunfos, com o encolhimento da imagem feminina como símbolo de elemento inovador do policiamento, os veículos de mídia analisados também deixaram escapar a oportunidade de estimular mudanças no olhar sobre as mulheres policiais, sobre os modelos e práticas de policiamento nas UPPs e sobre os papéis de gênero no mundo policial.

**32.** Entrevista para o artigo "Diálogos sobre mulheres policiais". MOURÃO, B. (2015).

#### **BIBLIOGRAFIA**

- BURGOS, Marcelo et al. (2011). O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. Desigualdade & Diversidade Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 11, ago-dez, pp. 49-98.
- CALAZANS, Márcia (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, SEADE, v. 18, n. 1, janmar, pp. 142-150. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100017&script=sci\_arttext. Último acesso em 10/08/2015).
- CANO, Ignacio et al., (org). (2012). Os donos do morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo/Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Laboratório de Análise da Violência da UERJ.
- FGV/EAESP, FBSP E SENASP (2015). As mulheres nas instituições policiais. (Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/files/files/MulheresInstituicoesPolicias\_final.pdf. Último acesso em 10/11/2015).
- IBGE (2014). Síntese dos indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro.
- LEITE, Márcia (2013). UPPs e a segurança dos moradores de favelas. *Canal Ibase*, 19/02/2013. (Disponível em http://www.canalibase.org.br/upps-e-seguranca-dos-moradores-de-favelas/. Último acesso em 30/9/2013).
- MOREIRA, Rosemeri (2010). O discurso maternalista e a construção da 'polícia feminina': dominação simbólica, negociação ou ressignificação? Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 23 a 26 de agosto. (Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278283718\_ARQUIVO\_Odiscursomaternalistaeaconstrucaoda.pdf. Último acesso em 10/11/2015).

- (2010). Virilidade e o corpo militar. História: Debates e Tendências, v. 10, n. 2, jul-dez, pp. 321-335.
- MOURÃO, Barbara (2013). *UPP: uma polícia de que gênero*. Rio de Janeiro, CESeC/UCAM.
- \_\_\_\_\_ (2014). Mediação de conflitos nas UPPs: sistematização de uma escuta. Rio de Janeiro, CESeC/UCAM.
- (2015). Diálogos sobre mulheres policiais. Entrevista com Luciene Albuquerque, Tania Pinc e Jéssica Almeida. In: LIMA, Renato Sérgio de & BUENO, Samira (orgs.). Polícia e Democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças. São Paulo, Alameda Editorial.
- MUSUMECI, Leonarda *et al.* (2013). Ser policial de UPP: aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*, Rio de Janeiro, CESeC/UCAM, ano 12, n. 14, dezembro.
- RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raiza (2012). As Unidades de Polícia Pacificadora e a
- Segurança Pública no Rio de Janeiro. *In*:
  RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raiza; LISSOVSKY, Maurício, Unidades de Polícia
  Pacificadora: Debates e reflexões. *Comunicações do ISER*, ano 31, n. 67, pp. 9-52.
- PASINATO, Wania, (coord) (2013). Mulheres na Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional. Brasilia, SENASP.
- SOARES, Barbara; MUSUMECI, Leonarda (2005). Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SOUZA, Marcos Santana de (2011). Novos espaços do Feminino: trabalho, gênero e corporações militares no Brasil. *Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 24, n. 2, jul/dez, pp.133-147.

### CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESEC)

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

RUA DA ASSEMBLEIA, 10, SALA 810 CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ BRASIL - 20011-901

(55) (21) 2531-2033 (55) (21) 2232-0007

www.ucamcesec.com.br cesec@candidomendes.edu.br





APOIADORES:





ISSN 1807-528 2